

## EDITAL

A **Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro**, por meio da Diretora de Compras, designada pela Portaria nº 1.639/2025-GR/UNICENTRO, torna público que realizará licitação na forma eletrônica, por meio de Pregão eletrônico, aplicando-se a Lei nº 14.133/2021; Decreto 10.086/2022; Código Penal, Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, no que for aplicável a licitações e contratos, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b> <b>PREG-e Nº 182/2026 – GMS</b>  (90.182/2026 – Compras Gov) (01/2026 – Número Interno)  <b>TIPO: MENOR PREÇO</b>  <b>UASG: 929715</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 14h00 min do dia 06/07/2026</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>14h00 min do dia 06/07/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.
--	--

### 1 OBJETO:

**1.1** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres destinadas ao atendimento das demandas da UNICENTRO.**

### 2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

**2.2** O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).**

### 3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Unidade: 4533 – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Ação orçamentária: 8125 – Gestão das Atividades Universitárias – UNICENTRO

Natureza da Despesa: 33903301 – Passagens Terrestres

Espécie da Despesa: 3 – ODC

Identificação da fonte de recursos:

Fonte:

500 – Recursos Não Vinculados de Impostos

501 – Recursos Próprios Diretamente Arrecadados

700 – Recursos de Convênios Federais.

703 – Recursos de Outros Convênios

Detalhamento da Fonte:

000000 – Sem detalhamento

000250 – Diretamente Arrecadado – Receita da Administração Indireta

000281 – Receitas de Convênios ou Transferências Federais

000284 – Receitas de Outros Convênios ou Transferências

Marcador da Fonte: 0000 – Sem Marcador

Unidade: 4560 – Fundo Paraná

Ação orçamentária: 8153 – Desenvolvimento Regional da Ciência, Tecnologia e Inovação

Natureza da Despesa: 33903301 – Passagens Terrestres

Espécie da Despesa: 3 – ODC

Identificação da fonte de recursos:

Fonte: 759 – Recursos Vinculados a Fundos

Detalhamento da

Fonte: 000132 – Pesquisa Científica e Tecnológica

Marcador da Fonte: 0000 – Sem Marcador

#### **4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**4.1** O pregão será realizado por meio do sistema no sistema do Portal de Compras do Governo Federal – <<http://www.gov.br/compras/pt-br/>>.

**4.2** O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso>.

**4.3** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) agente de contratação e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 404-GR/UNICENTRO de 19 de março de 2025, servidores(as) do(a) Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, podendo ser contatados para informações através:

- E-mail: [licitacao@unicentro.br](mailto:licitacao@unicentro.br)

- Telefones: (42) 3621-1312

\* Endereço: Rua Padre, R. Salvatore Renna, 875 – Santa Cruz, Guarapuava, PR, 85015-430, Cidade / Paraná.– Diretoria de Compras – DIRCOM

#### **5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

##### **5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

5.1.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para

solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gms.pr.gov.br/gms/consultaPublicaEdital.do?action=iniciarProcesso> (GMS) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

5.2.1 As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

## **5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

5.3.1 No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## **6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

**1.1** Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**).

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**) serão desclassificados.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO através da menor taxa de administração.**

**1.1.2.1** A disputa ocorrerá da seguinte forma, sendo o valor proposto convertido em porcentagem:

#### **EXEMPLO:**

#### **ITEM 01**

Valor de abertura = valor máximo da taxa de agenciamento/ administração de 6.50 % do valor total da contratação: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

Lance de R\$ 30.000,00 = Taxa de Administração de 6.00%

Lance de R\$ 15.000,00 = Taxa de Administração de 3,00%

Lance de R\$ 50,00 = Taxa de Administração negativa de 0,01%

\*OBS: Não será aceito desconto negativo ou igual a zero.

**2.3.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (**Anexo I deste Edital**) serão desclassificadas.

### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

**3.1** O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de

Preços (**Anexo III**), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

#### 4 VIGÊNCIA:

**4.1** O contrato terá vigência pelo prazo de **60 (sessenta) meses**, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

#### 5 GARANTIA:

**5.1** Não será exigida garantia da execução.

#### 6. CONSÓRCIO:

**6.1** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

#### 7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de descritivo da proposta de preços;
- Anexo III – Documentos de habilitação;
- Anexo IV – Modelo da Declaração de atendimento aos Requisitos De Habilitação e Capacidade Operacional Financeira;
- Anexo V – Modelo de procuração;
- Anexo VI – Modelo de declaração Conjunta;
- Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;

## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema do Portal de Compras do Governo Federal, na página <<http://www.gov.br/compras/pt-br/>>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema do Portal de Compras do Governo Federal.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Governo Federal – Compra-gov.br, conforme instruções que podem ser obtidas na página: <<http://www.gov.br/compras/pt-br/>>.

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas o Governo Federal – Compras.gov.br implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão..

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 8 de 96)  
pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

**2.3 Não poderão participar desta licitação, pessoas físicas ou jurídicas que:**

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas às exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do item;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

**5.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** Pregoeiro, poderá determinar intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, conforme §1º, do Art. 72, do Decreto n.º 10.086/2022.

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor preço, vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor

individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.5 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.22** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.23** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.27.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.2.

**5.24** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE**

## LANCES

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**6.2.3.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 03 (três) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**6.2.4.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**6.2.5** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os



quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.5.1** Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

**6.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.4.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**6.5** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.6.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

**6.7** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.9** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios



que fundamentam a suspeita.

**6.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.11** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.11.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.12** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.13** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.14** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.14.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.14.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.15** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.16** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 18 de 96)  
habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Os licitantes convocados encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme item 9 deste edital) e os documentos de habilitação (**conforme Anexo III**), no prazo máximo de 03 (três) horas, para cada fase (Proposta e Habilitação), a contar da solicitação do pregoeiro.

7.1.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 7.1.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

## 8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até quatro casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme **Anexo II**.

**8.3** O pregoeiro poderá, solicitar novo envio de documentos a fim de confirmar ou corrigir erro da assinatura eletrônica, sem que haja alteração da substância das propostas e dos documentos, mediante decisão fundamentada.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, mediante solicitação.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 21 de 96)  
homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. CONTRATO OU INSTRUMENTO SIMILAR, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou instrumento similar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.1.1** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.2** Para a assinatura do contrato ou instrumento similar o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.2.1** Caso o licitante vencedor não esteja credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, será notificado, por e-mail, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, realize o cadastramento, sob pena de incorrer nas sanções previstas no item 11.5, deste edital.

**11.3** Antes da assinatura do contrato ou instrumento similar, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou instrumento similar, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 23 de 96)

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento



de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao agente de contratação, pregoeiro e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo, conforme §3.o do Art. 57 do Decreto Estadual 10.086/2022.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a)



Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 25 de 96)

pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca de Guarapuava, Paraná, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Guarapuava, 15 de junho de 2026.

**Cristiane Hiert**

**Diretora de Compras**

(Portaria nº 1.639/2025-GR/UNICENTRO)

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

**1.1** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de passagens terrestres destinadas ao atendimento das demandas da UNICENTRO, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Passagens Terrestres					
ITEM	CÓDIGO GMS	OBJETO	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR DE CONTRATAÇÃO TOTAL 60 MESES	TAXA DE AGENCIAMENTO/ADMINISTRAÇÃO
01	0110.187 42	Prestação de Serviços, para emissão de Bilhetes de Passagem Terrestre*	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00	6.50 %

\* A prestação de serviços compreende a aquisição de passagens terrestres no âmbito nacional e internacional, incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, marcação e remarcação, tarifas, taxas e cancelamento de bilhetes, cotação e serviços correlatos nos afastamentos de beneficiários e demais demandas em viagens a serviço da Unicentro, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1.1 O valor total para o período de 60 (sessenta) meses é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), compreendido entre passagens e taxa de agenciamento.

1.1.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO, ATRAVÉS DA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.**

**1.1.2.1** A disputa ocorrerá da seguinte forma, sendo o valor proposto convertido em porcentagem:

**EXEMPLO:**

**ITEM 01**

**Valor de abertura** = valor máximo da taxa de agenciamento/ administração de 6.50 % do valor total da contratação: **R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).**

**Lance de R\$ 30.000,00 = Taxa de Administração de 6.00%**

**Lance de R\$ 15.000,00 = Taxa de Administração de 3,00%**

**Lance de R\$ 50,00 = Taxa de Administração de 0,01%**

**\*OBS: Não será aceito desconto negativo ou igual a zero.**

1.1.2. A estimativa mencionada no item 1.1.1 serve tão-somente de orientação para a composição dos valores ofertados para os serviços de Agenciamento de Viagens, não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento, razão pela qual não poderão ser exigidos, nem considerados como quantidades e valores para contratação mínima.

1.1.3 A presente licitação adotará a modalidade de Pregão Eletrônico, do Tipo **MENOR PREÇO**, adotando-se como critério de julgamento a **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, representada por percentual (%) com o máximo de duas casas decimais (0,00%) que será aplicado sobre o valor final da fatura, não sendo admitida a taxa de administração negativa ou igual a zero.

1.1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por Preço Unitário.

1.1.5. Deverão estar incluídos na taxa de administração todos os tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, bem como todo o investimento necessário à sua implantação.

1.1.6. Será considerada vencedora a licitante que ofertar a menor Taxa de Administração (menor preço através da menor taxa de administração), não sendo aceito taxa negativa ou igual a zero, bem como atender a todos os requisitos de habilitação previstos no Edital.

1.1.7. A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração, sobre os valores dos serviços prestados e aprovados pelo Órgão/Entidade e faturados mensalmente.

1.1.8. Fica expressamente vedada a cobrança, pela CONTRATADA, de quaisquer taxas,

comissões, encargos administrativos ou valores adicionais não diretamente vinculados à emissão do bilhete pela empresa transportadora ou previsto no Contrato.

1.1.8.1 Somente poderão ser cobrados valores relativos à tarifa da passagem e aos encargos obrigatórios da transportadora, tais como taxas de embarque, pedágios, seguros obrigatórios e outros legalmente incidentes, desde que devidamente comprovados.

1.1.8.2 É vedada a inclusão de taxas de serviço, taxa de conveniência, DU (Delivery Charge), RAV (Remuneração de Agência de Viagem) ou qualquer outra forma de remuneração indireta não prevista contratualmente.

1.1.8.3 A inobservância desta cláusula sujeitará a CONTRATADA à glosa dos valores indevidos e, se julgado cabível, a aplicação das sanções contratuais cabíveis.

1.1.9 O prazo de vigência do Contrato é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do Contrato com base no artigo 106 da Lei 14.133 de 2021.

1.1.9.1. O Contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes, não ultrapassando o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto no artigo 107 da Lei 14.133, de 2021.

## **1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1.2.1 A CONTRATADA prestará o serviço de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento da Unicentro, inclusive plantões e emergências, observadas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, permitindo o agendamento de atendimentos;

1.2.2. Adicionalmente e para fins de melhor entendimento deste Termo de Referência, são adotadas as seguintes definições:

- AGÊNCIA DE TURISMO – empresa que tenha por objeto, exclusivamente, a prestação das atividades de turismo, classificando-se nas categorias de Agências de Viagens e Agências de Viagens e Turismo, conforme estabelecido na Lei n.º 12.974/2014;
- AGENCIAMENTO DE VIAGEM - serviço prestado por AGÊNCIA DE TURISMO, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de BILHETE DE PASSAGEM TERRESTRE;

- BILHETE DE PASSAGEM TERRESTRE – documento emitido pela empresa de transporte terrestre ou por intermédio da agência CONTRATADA, que formaliza a contratação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual ou internacional, contendo, no mínimo, os dados do passageiro, data, horário, origem, destino, valor da tarifa e regras aplicáveis;
- CENTRAL DE ATENDIMENTO – unidade da CONTRATADA que realiza a interface com os usuários da CONTRATANTE, oferecendo suporte especializado, de forma ininterrupta, para atender às necessidades relacionadas aos serviços contratados, podendo ser via e-mail, e/ou sistema de interface próprio da CONTRATADA.
- NO-SHOW - não comparecimento de passageiro no momento do embarque;
- SEGURO VIAGEM – seguro que objetiva a garantia de pagamento ao passageiro de indenização, quando da ocorrência de riscos previstos e cobertos durante a viagem internacional, nos termos das condições gerais e especiais CONTRATADAS.
- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/AGENCIAMENTO: Percentual ou valor fixo correspondente à remuneração da empresa contratada pela prestação dos serviços de intermediação, gerenciamento e operacionalização da aquisição de passagens terrestres, compreendendo atividades de cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento de bilhetes, atendimento às solicitações da Administração e demais procedimentos necessários à execução contratual, não se confundindo com o valor das tarifas das passagens emitidas. A taxa de agenciamento irá incidir sobre cada transação realizada e será a única forma de remuneração da empresa contratada.
- TRECHO - compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma empresa de transporte terrestre.
- UNIDADE SOLICITANTE – unidade do âmbito da estrutura organizacional do ÓRGÃO ou ENTIDADE que demanda o serviço;

1.2.3 As especificações técnicas ora definidas foram delimitadas com base em práticas de mercado e se restringem ao estritamente necessário para aferir a adequação do objeto ao interesse público. Dessa forma evita-se a imposição de requisitos desproporcionais ou irrazoáveis, em observância aos princípios da competitividade, isonomia e proporcionalidade previstos nos Arts. 5º e 9º da Lei n.º 14.133/2021.

1.2.4 Aplica-se a esta contratação as disposições na Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### **1.3 ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

1.3.1 Quanto à forma de definição da quantidade a ser adquirida foram considerados o histórico de consumo dos últimos anos e, especialmente, considerando o consumo dos últimos 12 meses, objetivando refletir com maior fidelidade as demandas atuais da instituição. Foi aplicado ainda, uma reserva técnica de 20 a 30% no valor do histórico para a atual contratação, tendo em vista o planejamento estratégico e crescimento institucional evidenciados recentemente.

1.3.3 Quanto à distribuição estimada dos bens/serviços, estes serão contratados de acordo com as demandas que forem surgindo, a depender, também, de liberação orçamentária de órgãos de fomento, de repasses orçamentários do governo estadual e descentralização de recursos por parte da Reitoria para atendimento dos setores administrativos e pedagógicos da instituição.

### **1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

1.4.1 A execução dos serviços terá início a partir da assinatura do Contrato.

1.4.2 A CONTRATADA deverá prestar serviços de agenciamento, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e internacionais, conforme demanda da CONTRATANTE.

1.4.3 Para o cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá:

#### **Central de Atendimento**

a) Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, estrutura operacional própria com indicação de preposto designado, podendo o atendimento ocorrer por meio de Central de Atendimento e/ou solução tecnológica (aplicação web), apta à execução integral dos serviços;

I- As solicitações de serviços registradas e direcionadas à CONTRATADA via CENTRAL DE ATENDIMENTO, poderão ser realizadas por meio e-mail, telefone ou

ainda, por meio de solução disponível mediante aceite da CONTRATANTE e, para cada solicitação, deverá ser gerado um número de atendimento/protocolo para posterior acompanhamento

II- O uso e disponibilização de solução tecnológica ou aplicação de web da CONTRATADA não poderá gerar custos adicionais a CONTRATANTE.

b) Disponibilizar canal permanente de atendimento, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para atendimento de demandas ordinárias e emergenciais, por meio de telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e/ou sistema eletrônico;

b.1) O horário de funcionamento da Unicentro a ser considerado neste TR é das 08h00 às 18h00 (horário local), de segunda a sexta feira, sendo que neste intervalo está concentrado o maior volume de solicitações.

b.2) A informação acima não reduz, tampouco isenta a CONTRATADA, da obrigação de prestar os serviços demandados em horários diversos, nos prazos e condições estabelecidas neste TR.

#### **Cotação, reserva e emissão de bilhetes**

c) Prestar assessoramento à CONTRATANTE quanto à definição de melhor roteiro, horários, conexões, tarifas promocionais e opções mais econômicas, sempre observando o princípio da economicidade;

d) Realizar cotação atualizada das tarifas praticadas pelas empresas de transporte terrestre, incluindo valores promocionais vigentes, discriminando por trecho, horários, duração da viagem, conexões, valor da tarifa e eventuais taxas;

e) Submeter a cotação à aprovação da Unidade Solicitante e, após autorização, proceder à reserva e emissão do bilhete;

f) Encaminhar à CONTRATADA e ao passageiro, por meio eletrônico, os dados do bilhete emitido, contendo número/localizador, empresa transportadora, data, horário, origem, destino, valor da tarifa e taxa de agenciamento/administração;

#### **Alteração de bilhete**

g) Efetuar alterações, remarcações e cancelamentos mediante solicitação formal da



CONTRATANTE, observadas as regras tarifárias da empresa transportadora;

- h) Adotar providências imediatas para substituição de bilhete emitido com erro, no prazo máximo de 2 (duas) horas;
- i) Efetuar troca imediata de passagem em caso de cancelamento de rota pela transportadora, assegurando o embarque no horário mais próximo disponível;
- j) Adotar as medidas necessárias para cancelamento de passagens e requerimento de reembolso, quando cabível;
- k) Emitir ordem de débito quando houver diferença tarifária a maior e ordem de crédito quando houver diferença a menor, devendo os créditos ser devolvidos a CONTRATANTE.
- l) Disponibilizar relatórios mensais consolidados, por unidade administrativa, contendo bilhetes emitidos, alterados, cancelados, não utilizados e reembolsados.

### **Seguro Viagem**

m) Oferecer seguro de viagem complementar, quando solicitado pela CONTRATANTE, especialmente em viagens internacionais, quando aplicável;

I - A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) cotações de seguradoras distintas para aprovação da CONTRATANTE. Após autorização, deverá emitir a respectiva apólice ou voucher no prazo máximo de 2 (duas) horas.

II - Será devido à CONTRATADA exclusivamente o valor correspondente ao prêmio do seguro, vedada a cobrança de taxa adicional de intermediação.

### **Cancelamento e Reembolso**

- n) O cancelamento deverá ser solicitado formalmente pela CONTRATANTE.
- o) A CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento junto à empresa transportadora no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o recebimento da solicitação, quando possível, visando evitar cobrança de penalidades.
- p) As alterações, remarcações, cancelamentos e reembolsos de passagens terrestres observarão integralmente as regras tarifárias e condições estabelecidas pela respectiva empresa transportadora.
- q) A CONTRATADA deverá, previamente à efetivação de qualquer alteração ou



cancelamento, informar formalmente à CONTRATANTE:

- I – as condições aplicáveis ao bilhete;
- II – a existência de eventuais multas;
- III – diferenças tarifárias;
- IV – prazos para solicitação de reembolso;
- V – quaisquer encargos ou restrições impostas pela transportadora.

r) Somente após ciência e autorização expressa da CONTRATANTE a CONTRATADA poderá efetivar a alteração ou cancelamento solicitado.

s) Os valores relativos a multas, diferenças tarifárias ou taxas adicionais cobradas pela transportadora, quando fora das hipóteses de isenção, correrão por conta da CONTRATANTE, desde que devidamente comprovados.

t) Após a confirmação do cancelamento, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para requerer o reembolso junto à empresa transportadora, quando cabível, informando à CONTRATANTE os prazos e condições aplicáveis.

u) O reembolso deverá ser solicitado imediatamente após o cancelamento, e o respectivo crédito deverá ser devolvido, nos prazos e conforme regras da transportadora.

#### 1.4.4 Do preço e valores:

a) O valor das passagens deverá corresponder às tarifas praticadas pelas empresas de transporte terrestre na data da emissão, inclusive promocionais, acrescido exclusivamente da taxa de agenciamento CONTRATADA.

b) Serviços adicionais, tais como marcação de assento especial ou excesso de bagagem, somente serão custeados pela CONTRATANTE quando previamente autorizados.

c) Os valores das passagens deverão conter os mesmos percentuais de taxas aplicados na proposta.

d) CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, no ato da emissão de cada bilhete, documento comprobatório da tarifa praticada pela empresa transportadora no momento da aquisição, tais como print de tela do sistema de venda, fatura emitida pela transportadora ou outro documento idôneo que demonstre o valor original da passagem.

d.1) O documento deverá conter, no mínimo, identificação da transportadora, data e

horário da consulta/emissão, origem, destino, valor da tarifa e eventuais encargos incidentes.

d.2) A ausência da comprovação implicará na negativa de autorização do pagamento da respectiva emissão até a devida regularização.

d.3) A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria ou verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado.

## **2 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** O propósito para a contratação deste serviço se dá, primordialmente, pela necessidade de atender os pedidos provenientes de atividades de capacitação, treinamento, seminários, visitas técnicas, forças-tarefas, ações de mobilização, deslocamento de servidores, de discentes que desempenham suas funções ao longo do território nacional e, também, fora do país.

**2.2** Em suma, trata-se de um serviço continuado de suma importância para o efetivo andamento dos projetos estratégicos da Unicentro e para o desenvolvimento institucional, contemplando o atendimento a toda a sua estrutura administrativa nos três câmpus e quatro câmpus avançados, bem como para os pilares de ensino, pesquisa e extensão, o qual abrange seis Pró-Reitorias, cinco Coordenadorias e órgãos suplementares, além dos 43 cursos de Graduação alocados em seus respectivos Departamentos Pedagógicos, inseridos em nove Setores de Conhecimento e Programas de Pós-Graduação que compreendem 17 cursos de Mestrado e 09 de Doutorado.

**2.3** Dentre as motivações para uso de passagens terrestres, observa-se grande incidência de: (1) participação de servidores em reuniões administrativas e cursos de capacitação, (2) deslocamento de docentes e discentes em ações de intercâmbio entre instituições, (3) transporte de profissionais que ministram cursos e/ou palestras em eventos institucionais, (4) deslocamento de docentes que participam de processos seletivos internos, no papel de banca avaliadora, (5) participação de docentes e discentes em congressos técnicos, científicos e eventos em geral, bem como em ações extensionistas.

**2.4** Objetivando o pleno e contínuo atendimento das demandas institucionais administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, bem como contribuir para o crescimento das ações de internacionalização da Unicentro, justifica-se a contratação dos serviços continuados de

agenciamento de passagens terrestres para uso da instituição.

**2.5** Atualmente, a aquisição de passagem é realizada por meio do Contrato Emergencial n.º 01/2026, celebrado entre a empresa ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA ME, o qual tem vigência até 02/02/2027, podendo ser rescindido antecipadamente com o término deste do processo licitatório.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**3.1** Assim, diante deste cenário e das demandas constantes para atendimento, faz-se necessário a contratação do serviço de agenciamento de passagens terrestres e serviços correlatos, visando o melhor atendimento às necessidades, bem como evitar a descontinuidade de atividades essenciais da instituição.

**3.3** Foi realizada pesquisa de mercado, tanto em Contratos atualmente firmados pela Administração Pública quanto em pesquisa a fornecedores, de maneira a compreender a dinâmica de oferta do serviço de agenciamento de passagens e as soluções de mercado encontradas foram as mais variadas.

#### **3.4 Análise das soluções existentes:**

**3.4.1** Em consulta junto ao Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná e Painel de Preços do Governo Federal, verificamos que têm sido prática, em um significativo número de instituições, a ocorrência de licitações para a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de agenciamento e emissão de passagens terrestres, nacionais e internacionais, por meio do critério de julgamento de menor taxa.

**3.4.2** Por meio do levantamento do mercado exposto acima, identifica-se que a contratação de serviços de agenciamento da emissão de passagens terrestres, com julgamento de propostas por meio de menor taxa aplicado, se mostra como a forma mais comum de atendimento das demandas de órgão públicos, levando à seleção da proposta mais vantajosa e tornando a execução da compra dos bilhetes facilitada, por meio da gestão centralizada de Contrato com serviço de agenciamento.

**3.5** A solução a ser CONTRATADA corresponde à prestação de serviços especializados de agenciamento de passagens, abrangendo cotação, reserva, emissão, cancelamento, reembolso e remarcação de bilhetes, com suporte técnico-operacional contínuo durante toda a

vigência contratual. A solução proposta considerou a análise do ciclo de vida dos objetos, abrangendo a durabilidade, a manutenção e o suporte técnicos necessários, de modo a assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação.

3.6 Dentro da solução encontrada, considerando os Contratos já praticados e atuais d instituição, fica expressamente vedada a apresentação de proposta comercial que contemple taxa de desconto negativa ou igual a zero, sob qualquer forma ou denominação, incidente sobre o valor das passagens a serem adquiridas, considerando que tal prática descaracteriza a vantajosidade da contratação e compromete a transparência da formação de preços.

3.7 A remuneração da CONTRATADA deverá observar estritamente os termos definidos neste instrumento, não sendo admitida a adoção de mecanismos indiretos de remuneração que impliquem acréscimo ao valor das passagens emitidas.

#### **4 PESQUISA DE PREÇOS**

4.1 Foi realizado contato por e-mail, por meio do qual foram informados os dados da contratação, a demanda e os detalhes técnicos da contratação. Junto ao e-mail foi enviado um modelo de proposta, contendo todos os dados detalhados do objeto e as especificações técnicas necessárias para a realização da proposta de preço. A cópia do e-mail enviado, da solicitação de cotação e do modelo de proposta constam em anexo a este Estudo Técnico Preliminar. Neste primeiro contato foi recebida 04 propostas de preços dos fornecedores.

4.2 Foi realizada análise crítica e a desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, foi utilizado como critério para formação dos preços a MEDIANA, a qual indica o valor que está exatamente no meio de um conjunto de dados, este critério possibilita considerar todos os preços consultados e amostras obtidas.

#### **5 PARCELAMENTO DO OBJETO**

5.1 A divisão do objeto em um lote encontra amparo no art. 47 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no art. 25 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e na Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, os quais autorizam o parcelamento da contratação quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

5.2 No presente caso, o agrupamento dos itens por lote revela-se a solução mais adequada

sob o ponto de vista técnico e administrativo, por assegurar a viabilidade da execução contratual e otimizar a gestão dos serviços. Tal modelagem possibilita a racionalização de recursos humanos e materiais, bem como a redução de custos operacionais e variáveis, que tenderiam a ser significativamente superiores caso a contratação fosse realizada de forma totalmente segregada.

**5.3** A contratação com múltiplas empresas para objetos de mesma natureza implicaria elevação dos custos administrativos, maior complexidade na fiscalização e necessidade de coordenação simultânea de diversos Contratos, o que poderia comprometer a eficiência, a padronização e a qualidade dos serviços prestados.

**5.4** Ademais, a concentração da execução sob responsabilidade de um mesmo contratado por lote contribui para a maximização da eficiência na gestão contratual, fortalece os mecanismos de governança e amplia o controle administrativo, refletindo diretamente na economicidade e na obtenção de melhores resultados para a Administração Pública.

## **6 SUSTENTABILIDADE**

**6.1** A presente contratação observará os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no art. 144 da Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

**6.2** Considerando a natureza do objeto, serviços de agenciamento de passagens terrestres, não se identificam impactos ambientais diretos e significativos. Ainda assim, em observância às normas vigentes, deverá a CONTRATADA, no que couber, adotar medidas de mitigação compatíveis com objeto da contratação, considerando a utilização de meios eletrônicos/digitais para emissão de faturas, notas fiscais e comunicações formais;

**6.3** Ademais percebe-se que todos os serviços poderão ser realizados de forma remota pela CONTRATADA, contribuindo para a eficiência operacional e redução de insumos físicos.

## **7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1** Não se justifica a reserva parcial do lote, considerando o serviço não ser de natureza divisível.

**7.2** Será garantida à Microempresas – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP a prerrogativa do empate ficto, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

**7.3** Também será garantida às microempresas as demais garantias que lhe são prescritas na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, exceto a reserva de lotes, por ser algo desvantajoso ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado pela Administração Pública. Além disso o objeto não se caracteriza como bem divisível, conforme prescreve o art. 48, inciso III da Lei Complementar 123/2006.

## **8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS**

**8.1** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**8.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

**8.3** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

### **9.1** São obrigações do Contratado:

9.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

9.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

9.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da CONTRATANTE, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

9.1.7 apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências da CONTRATANTE;

9.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

9.1.9 atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

9.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

9.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à CONTRATANTE qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

9.1.12 relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou



insalubre;

9.1.14 manter-se, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

9.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

9.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

9.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

9.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

9.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

9.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no Contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

9.1.17.5 impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

9.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

9.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada,



para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

9.1.20 Disponibilizar, gratuitamente, acesso ao sistema eletrônico e/ou central de atendimento próprio da empresa, por intermédio da internet, que propicie a consulta e reserva de passagens pelos funcionários autorizados da CONTRATANTE;

9.1.21 Executar reserva automatizada, online e emissão de seu comprovante; emitir bilhetes automatizados, online; consultar e informar a melhor rota ou percurso, online; consultar a frequência de horários de ônibus, online; consultar e ofertar a Unicentro a menor tarifa disponível, online; imprimir as consultas formuladas, indicando as opções de horários de partidas por empresa; emitir bilhetes, online;

9.1.22 alterar/remarcar bilhetes, além de realizar reiteração destes;

9.1.23 A CONTRATADA deverá manter-se, durante toda a execução do Contrato ou ordem de compra/serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.24 As passagens terrestres deverão ser fornecidas na forma, em quantidade e nos prazos previstos no Termo de Referência, e no instrumento contratual, que integram este edital;

9.1.25 Efetuar pesquisa nas companhias rodoviárias, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem.

9.1.26 Serão considerados solicitações de caráter emergencial, passíveis de atendimento por telefone, as solicitações realizadas fora do horário comercial, entre 18 e 8 h, em fins de semana, feriados nacionais e estaduais ou para a emissão, alteração e remarcação de passagens rodoviárias com prazos inferiores a 3 h do horário da partida do ônibus, ocasiões em que a empresa deverá providenciar o atendimento no prazo máximo de 30 (trinta)

minutos da solicitação;

9.1.27 A CONTRATADA deverá disponibilizar o voucher de passagem por e-mail e/ou nos pontos de atendimento das empresas rodoviárias ou, nesta impossibilidade, em outro local indicado pela CONTRATANTE;

9.1.28 Providenciar, no prazo máximo 03 (três) horas, as requisições de passagens terrestres emitidas;

9.1.29 Empenhar-se no sentido de obter lugares nos ônibus, bem como assegurar conexões, quando houver necessidade;

9.1.30 Fazer o endosso da passagem para outra companhia ou substituição do bilhete, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, por outro ônibus e horário para o mesmo destino;

9.1.31 Fornecer, com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento;

9.1.32 Emitir passagens com ou sem despesas de bagagem, conforme demanda autorizada pela Unicentro;

9.1.33 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, no ato da emissão de cada bilhete, documento comprobatório da tarifa praticada pela empresa transportadora no momento da aquisição, tais como print de tela do sistema de venda, fatura emitida pela transportadora ou outro documento idôneo que demonstre o valor original da passagem.

a) O documento deverá conter, no mínimo, identificação da transportadora, data e horário da consulta/emissão, origem, destino, valor da tarifa e eventuais encargos incidentes.

b) A ausência da comprovação implicará a negativa de autorização do pagamento da respectiva emissão até a devida regularização.

c) A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria ou verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado.;

9.1.34 A CONTRATADA obriga-se ainda a buscar sempre contratações mais vantajosas para a Unicentro, buscando sempre as promoções mais favoráveis;

9.1.35 Fornecer a Unicentro, sempre que houver alteração e/ou majoração de preço, toda a documentação necessária à comprovação de que os preços cobrados pelas passagens são

os praticados pelas Companhias;

9.1.36 A CONTRATADA deverá possuir infraestrutura suficiente para ter condições de operacionalizar todo o processo, objeto desse Termo de Referência.

9.1.37 Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do Contrato.

9.1.38 Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.

9.1.39 Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros envolvendo a CONTRATANTE, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.

9.1.40 Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros na execução do serviço.

## **9.2 São obrigações da CONTRATANTE:**

9.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

9.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

9.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no Contrato;

9.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do Contrato;

9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de Contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

9.2.12. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.13. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando para a sua correção, dependendo da sua complexidade, prazo de 24 horas até 30 (trinta) dias contados a partir da sua formalização;

9.2.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou

Documento Fiscal competente e legal fornecido pela CONTRATADA;

9.2.16. Comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.

9.2.17. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do serviço;

9.2.18. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas;

9.2.19. Controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela CONTRATADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

9.2.20. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste Termo de Referência.

**9.3.** As Partes CONTRATANTES declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

## **10. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**10.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

10.1.1. Por tratar-se de contratação para execução por preço unitário, com pagamento somente a cada serviço e emissão de passagem.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura/nota fiscal deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal/Fatura, após comprovadas o adimplemento da CONTRATADA em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 46 de 96)

de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira CONTRATADA pelo Estado (Banco do Brasil), conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.4** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**11.5** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **12 DO REAJUSTAMENTO**

**12.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, em 07/05/2026.

**12.2** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.2.1** O contratado ao assinar aditivo ao Contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**12.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**12.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**12.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**12.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

**12.8.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**12.8.2** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**12.9** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou



Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 48 de 96)  
acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

### **13 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

**13.1** Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo do Edital).

### **14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

14.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

14.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**14.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao Contrato.

### **15 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**15.1** O serviço terá início após a assinatura do Contrato.

**15.2** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

**15.3** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**15.4** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 49 de 96)

do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

15.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**15.5** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

**15.6** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do Contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do Contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **16. SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **17. VISTORIA**

**17.1** A vistoria previa do local não é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, ficando neste caso dispensada.

## **18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**18.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade: 4533 – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Ação orçamentária: 8125 – Gestão das Atividades Universitárias – UNICENTRO

Natureza da Despesa: 33903301 – Passagens Terrestres

Espécie da Despesa: 3 – ODC

Identificação da fonte de recursos:

Fonte:

500 – Recursos Não Vinculados de Impostos

501 – Recursos Próprios Diretamente Arrecadados

700 – Recursos de Convênios Federais.

703 – Recursos de Outros Convênios

Detalhamento da Fonte:

000000 – Sem detalhamento

000250 – Diretamente Arrecadado – Receita da Administração Indireta

000281 – Receitas de Convênios ou Transferências Federais

000284 – Receitas de Outros Convênios ou Transferências

Marcador da Fonte: 0000 – Sem Marcador

## 19. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

**19.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo A, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

19.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou

19.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**19.2** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes

critérios:

- INDICADOR n.º 01 – Emissão e reserva de passagem
- INDICADOR n.º 02 – Retificação de bilhetes/Cancelamento
- INDICADOR n.º 03 – Emissão de Fatura

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

## **ANEXO A**

### **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**

1. Definição: Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade.
3. Forma de avaliação: definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência.
4. Descontos x sanções administrativas: embora a aplicação de índices aos indicadores seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção administrativa, a CONTRATANTE poderá, em razão do nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicadores, aplicar as penalidades previstas no Contrato. Fica estabelecido que, quando o percentual de descontos no mês for superior ao limite estabelecido no IMR, poderá restar caracterizada a inexecução parcial do Contrato, implicando a abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções, nos termos da Lei e do Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
5. Resultado desejável: as atividades realizadas estão compatíveis com o Contrato a ser firmado, não ocorrendo a atribuição de pontuação.
6. Resultado indesejável: o Fiscal, ao realizar a aferição e tomar ciência da execução total ou parcialmente inadequada dos serviços, notificará a ocorrência ao Gestor do Contrato, por escrito, preferencialmente por e-mail, e atribuirá a pontuação e glosa estabelecida para cada atividade executada em desconformidade ou não executada, observando o grau de relevância previsto neste IMR.

#### **1. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (GLOSA QUALITATIVA):**

- 1.1 A análise consiste na avaliação dos níveis mínimos de desempenho esperados. Esta avaliação será realizada mensalmente, mediante a utilização de relatórios e de indicadores de desempenho, divididos em categorias específicas.
- 1.1.1 As tabelas correspondentes a esses indicadores são apresentadas abaixo.

- 1.1.2** Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos com os pontos dos demais indicadores.
- 1.1.3** O acúmulo de pontos é mensal.
- 1.1.4** Sendo aplicada a glosa relativa às ocorrências do mês da prestação de serviços, a pontuação será zerada para o mês seguinte.

## 1.2 RELATÓRIOS

### 1.2.1 Volume de Demandas no Mês:

- a) Total de solicitações: XX
- b) Total de bilhetes emitidos: XX
- c) Total de cancelamentos/retificações: XX
- d) Total de reembolsos: X

### 1.2.2 Ocorrências Registradas: (Relatar eventuais falhas, atrasos, inconsistências ou problemas relevantes)

### 1.2.3 Havendo ocorrências registradas, proceder-se-á ao registro dos indicadores abaixo e à aplicação da respectiva glosa.

## 1.3 INDICADORES

### 1.3.1.1 Relativos ao Contrato: devem ser apurados a partir da execução contratual de um modo geral:

- INDICADOR n.º 01 – Emissão e reserva de passagem
- INDICADOR n.º 02 – Retificação de bilhetes/Cancelamento
- INDICADOR n.º 03 – Emissão de Fatura

INDICADOR n.º 01 – Emissão e reserva de passagem	
<b>Finalidade</b>	Garantir a reserva/emissão de passagens no tempo previsto em edital.
<b>Instrumento de Medição</b>	Contagem do número de apontamentos realizados pelos fiscais
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos e reclamações
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Somatório

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 54 de 96)

<b>Início de Vigência</b>	Conforme Contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	Até 2 (dois) apontamentos registrados = desconto de 1 % do valor; De 02 (dois) a 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 2 % do valor; Acima de 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 5 % do valor;

#### INDICADOR n.º 02 – Retificação de bilhetes/Cancelamento

<b>Finalidade</b>	Garantir a retificação de passagens em até 2 (duas) horas e/ou cancelamento no horário de expediente, e em até 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos.
<b>Instrumento de medição</b>	Contagem do número de apontamentos realizados pelos fiscais
<b>Forma de acompanhamento</b>	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos e reclamações
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Somatório
<b>Início de Vigência</b>	Conforme Contrato
<b>Ocorrência/ Pontuação</b>	Até 2 (dois) apontamentos registrados = desconto de 1 % do valor; De 02 (dois) a 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 2 % do valor; Acima de 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 5 % do valor;

#### INDICADOR n.º 03 – Emissão de Fatura

<b>Finalidade</b>	Garantir a emissão e o envio da fatura das passagens emitidas no período, contendo a descrição detalhada dos serviços prestados e toda a documentação comprobatória pertinente..
<b>Instrumento de medição</b>	Conferência da documentação
<b>Forma de acompanhamento</b>	Conferência sistemática, pela área técnica responsável pela análise da documentação



Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 55 de 96)

<b>Periodicidade</b>	A cada três meses
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada
<b>Início de Vigência</b>	Conforme Contrato
<b>Ocorrência/ Pontuação</b>	Até 2 (dois) apontamentos registrados = desconto de 1 % do valor; De 02 (dois) a 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 2 % do valor; Acima de 05 (cinco) apontamentos registrados = desconto de 5 % do valor;

#### 1.4 AJUSTES DE PAGAMENTO DAS GLOSAS QUALITATIVAS

AJUSTES DE PAGAMENTO – GLOSA QUALITATIVA	
REGISTROS	AJUSTES DE PAGAMENTO
0,0	Pagamento integral do valor da nota fiscal
1 a 2	Glosa de 1% sobre o valor da nota fiscal
3 a 5	Glosa de 2% sobre o valor da nota fiscal
Acima de 5	Glosa de 5% sobre o valor da nota fiscal

## 2. METODOLOGIA E BASE DE CÁLCULO:

- 2.1** O cálculo das Glosas Qualitativas deve ser realizado a partir da somatória dos pontos dos Indicadores.
- 2.2** Os registros efetuados devem aplicados sobre cada indicador, e havendo registro em mais de um indicador, estes deverão ser somados e aplicados sobre a tabela contida no item 1.4 – AJUSTES DE PAGAMENTO DAS GLOSAS QUALITATIVAS, para obtenção do percentual de desconto a ser aplicado na Nota fiscal.

**ANEXO III**

**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX Ano: XXXX**

**A - DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

Prestador de serviço		
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :	
Endereço :		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-
mail:		
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: contratação de serviços continuados de **XXXXXX**.

2. A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 57 de 96)

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

---

Representante Legal

### ANEXO III

## DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O licitante deverá apresentar os documentos de habilitação, no momento da apresentação da proposta corrida, no máximo 03 (três) horas após a solicitação do pregoeiro, em campo próprio, no sistema Compras.Gov.br, conforme estabelecido no presente Edital:

**1. APRESENTAÇÃO DE UM DOS CERTIFICADO DE REGISTRO LISTADOS ABAIXO:** suprirá a comprovação dos documentos que estejam contemplados e válidos nos referidos certificados.

**1.1** Certificado de Regularidade De Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>;

**1.2** Certificado do Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF: registro cadastral do Poder Executivo Federal e é mantido pelos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Serviços Gerais – SISG, pode ser feito pelo portal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital>.

**1.3** Certificado de Registro Cadastral Completo Junto Ao Cadastro Unificado De Fornecedores Do Estado Do Paraná – GMS/CFPR, que poderá ser obtido no site: <https://www.gms.pr.gov.br/gms/solicitarCadastroFornecedorNovo.do?action=iniciarProcesso>.

## 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.2.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

1.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual.

1.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

1.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

1.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

1.2.6 Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

### 3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.3.4 Certidões de regularidade com a:

a) Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

b) Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

c) e Fazenda Municipal;

1.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.3.6 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.3.7 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

### **4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Para a qualificação Econômico-financeira a Licitante deverá entregar:

4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 60 de 96)

antecedência máxima de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

**4.2** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercícios referentes aos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, em imprensa oficial, do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.
- b) Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço patrimonial, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.
- c) No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço patrimonial, e demonstração de resultado de exercício, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital, emitido pelo referido sistema.
- d) Quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio, serão exigidos os balanços patrimoniais, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais, estabelecido por atos normativos que disciplinam o SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).
- e) Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

**4.3** Modelo da Declaração de atendimento aos Requisitos De Habilitação e Capacidade Operacional Financeira, conforme **Anexo IV** contendo a identificação dos responsáveis pelo

preenchimento e os seguintes documentos:

- I – Identificação da empresa contendo razão social, CNPJ e, quando couber, a Inscrição Estadual e Municipal;
- II – Identificação do Contador responsável pelo preenchimento, contendo, nome, CPF e CRC;
- III – Identificação do proprietário ou responsável pela empresa ou procuração com poderes específicos;
- IV – para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- V – comprovação da situação financeira, mediante a apresentação dos cálculos de índices: índice de Liquidez Geral (ILG) com resultado superior ou igual a 1,00; índice de Solvência Geral (ISG) com resultado superior ou igual a 1,00; e índice de Liquidez Corrente (ILC) com resultado superior ou igual a 1,00; todos resultados da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$



VI – As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

VII – As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES CALCULADOS, para o último exercício social.

VIII – As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

a.1) Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo o licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos e atendam o exigido no edital, não será motivo de inabilitação, assim será possibilitada a apresentação de uma nova declaração devidamente corrigida, uma única vez;

## **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** Deverá apresentar 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades o fornecimento em quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) anual, correspondente ao valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**1.5.2** Não será aceito atestado cujo prazo de contrato seja inferior a 6 meses.

**1.5.3** Será admitido a apresentação de até 3 atestados para a devida comprovação do quantitativo, desde que representem o período mínimo do item 1.5.2.

**1.5.4.** Não será aceito atestado com CNPJ divergente da empresa arrematante, salvo em caso de filial e matriz.

**1.5.5** Cada atestado deve ser acompanhado:

a) Cópia do respectivo contrato;

b) Termo(s) aditivo(s), referentes a prorrogação ou alteração dos quantitativos.

## **1.6 DECLARAÇÃO CONJUNTA (Anexo VI);**

## **1.8 DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU MEI, se for o caso (Anexo VII).**

### **8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso:

8.1 Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

8.2 Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

8.3 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.3.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

8.3.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.3.3 Na hipótese do item 8.3, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 64 de 96)  
alguma restrição.

**9** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado, no momento da apresentação dos documentos de habilitação.

**10** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

#### ANEXO IV

### Modelo da Declaração de atendimento aos Requisitos De Habilitação e Capacidade Operacional Financeira

À (Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Concorrência/Pregão n.º \_\_\_\_/20\_\_ GMS

Objeto: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS, sob as penas da lei, que a pessoa jurídica \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, por mim legalmente representada, e por seu contador subscrito, possui a disponibilidade financeira operacional, calculada pelas fórmulas abaixo:

#### I -CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

#### 2. OBSERVAÇÕES

2.1 A Declaração deverá ser assinada pelo contador e pelo representante do licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos representantes legais.

2.2 A não apresentação desta Declaração poderá implicar desclassificação do licitante.

(Assinatura digital)

(Assinatura digital)

Representante

Contador

**ANEXO V**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

\_\_\_\_\_  
identidade do outorgado.

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO:** Declara que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES:** Declara que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL:**

Declara que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 68 de 96)  
responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS:** Declara que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5. DECLARAÇÃO RELATIVA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD):** Declara que está ciente de que, como condição para participar da licitação e para eventual contratação, poderá ser necessário fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, inclusive, mas não se limitando a:

- 5.1 Dados constantes em documentos de identificação;
- 5.2 Informações relativas a participações societárias;
- 5.3 Dados inseridos em contratos sociais e alterações;
- 5.4 Endereços físicos e eletrônicos;
- 5.5 Estado civil;
- 5.6 Informações sobre cônjuge;
- 5.7 Relações de parentesco;
- 5.8 Número de telefone;
- 5.9 Informações sobre sanções administrativas eventualmente aplicadas pela Administração Pública;
- 5.10 Informações sobre eventuais condenações nas esferas criminal ou por improbidade administrativa, quando legalmente exigidas;
- 5.11 Outros dados necessários à instrução do processo de contratação.

Declara, ainda, que tais informações:

- a) Passarão a constar do processo administrativo correspondente;
- b) Serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal n.º 13.709/2018 (LGPD);



Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 69 de 96)

c) Possuem fundamento jurídico adequado para o tratamento, especialmente para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local e data.

---

**Nome do representante legal**

## ANEXO VII

### MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO N°XXXXXXXX

**CONTRATANTE:** [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão XXXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202\_XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### 1 OBJETO:

1.1 [Descrição sucinta do objeto], conforme descrito no Termo de Referência, que é parte integrante deste contrato

#### 2 FUNDAMENTO:

2.1 Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

### 3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), compreendidos entre:

Passagens Terrestres					
ITEM	CÓDIGO GMS	OBJETO	VALOR ESTIMADO ANUAL	VALOR DE CONTRATAÇÃO TOTAL 60 MESES	TAXA DE AGENCIAMENTO/ ADMINISTRAÇÃO
01	0110.18742	Prestação de Serviços, para emissão de Bilhetes de Passagem Terrestre*	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00	%

3.2.1 O valor previsto no item 3.2 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.2.2 A CONTRATADA DEVERÁ aplicar o valor da taxa sobre cada transação, de cada passagem emitida.

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

3.4 A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração, sobre os valores dos serviços prestados e aprovados pelo Órgão/Entidade e faturados mensalmente.

3.5 Fica expressamente vedada a cobrança, pela CONTRATADA, de quaisquer taxas, comissões, encargos administrativos ou valores adicionais não diretamente vinculados à emissão do bilhete pela empresa transportadora ou previsto no Contrato.

3.6 Somente poderão ser cobrados valores relativos à tarifa da passagem e aos encargos obrigatórios da transportadora, tais como taxas de embarque, pedágios, seguros obrigatórios e outros legalmente incidentes, desde que devidamente comprovados.

## 4 REAJUSTE

4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, em 07/05/2026.

4.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao Contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

4.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

4.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

## **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) \_\_\_\_\_ designado, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1** A presente contratação adotará como regime de execução por empreitada por Preço Unitário.

**6.2** O serviço terá início após a assinatura do contrato.

**6.3** A CONTRATADA deverá prestar serviços de agenciamento, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens terrestres intermunicipais, interestaduais e internacionais, conforme demanda da CONTRATANTE.

**6.4** A CONTRATADA prestará o serviço de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento da Unicentro, inclusive plantões e emergências, observadas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, permitindo o agendamento de atendimentos;

**6.5** Para o cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá:

### **Central de Atendimento**

a) Disponibilizar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, estrutura operacional própria com indicação de preposto designado, podendo o atendimento ocorrer por meio de Central de Atendimento e/ou solução tecnológica (aplicação web), apta à

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 74 de 96)  
execução integral dos serviços;

I- As solicitações de serviços registradas e direcionadas à CONTRATADA via CENTRAL DE ATENDIMENTO, poderão ser realizadas por meio e-mail, telefone ou ainda, por meio de solução disponível mediante aceite da CONTRATANTE e, para cada solicitação, deverá ser gerado um número de atendimento/protocolo para posterior acompanhamento

II- O uso e disponibilização de solução tecnológica ou aplicação de web da CONTRATADA não poderá gerar custos adicionais a CONTRATANTE.

b) Disponibilizar canal permanente de atendimento, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, para atendimento de demandas ordinárias e emergenciais, por meio de telefone, e-mail, aplicativo de mensagens e/ou sistema eletrônico;

b.1) O horário de funcionamento da Unicentro a ser considerado neste TR é das 08h00 às 18h00 (horário local), de segunda a sexta feira, sendo que neste intervalo está concentrado o maior volume de solicitações.

b.2) A informação acima não reduz, tampouco isenta a CONTRATADA, da obrigação de prestar os serviços demandados em horários diversos, nos prazos e condições estabelecidas neste TR.

### **Cotação, reserva e emissão de bilhetes**

c) Prestar assessoramento à CONTRATANTE quanto à definição de melhor roteiro, horários, conexões, tarifas promocionais e opções mais econômicas, sempre observando o princípio da economicidade;

d) Realizar cotação atualizada das tarifas praticadas pelas empresas de transporte terrestre, incluindo valores promocionais vigentes, discriminando por trecho, horários, duração da viagem, conexões, valor da tarifa e eventuais taxas;

e) Submeter a cotação à aprovação da Unidade Solicitante e, após autorização, proceder à reserva e emissão do bilhete;

f) Encaminhar à CONTRATADA e ao passageiro, por meio eletrônico, os dados do bilhete emitido, contendo número/localizador, empresa transportadora, data, horário, origem, destino, valor da

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 75 de 96)  
tarifa e taxa de agenciamento/administração;

#### Alteração de bilhete

- g) Efetuar alterações, remarcações e cancelamentos mediante solicitação formal da CONTRATANTE, observadas as regras tarifárias da empresa transportadora;
- h) Adotar providências imediatas para substituição de bilhete emitido com erro, no prazo máximo de 2 (duas) horas;
- i) Efetuar troca imediata de passagem em caso de cancelamento de rota pela transportadora, assegurando o embarque no horário mais próximo disponível;
- j) Adotar as medidas necessárias para cancelamento de passagens e requerimento de reembolso, quando cabível;
- k) Emitir ordem de débito quando houver diferença tarifária a maior e ordem de crédito quando houver diferença a menor, devendo os créditos ser devolvidos a CONTRATANTE.
- l) Disponibilizar relatórios mensais consolidados, por unidade administrativa, contendo bilhetes emitidos, alterados, cancelados, não utilizados e reembolsados.

#### Seguro Viagem

- m) Oferecer seguro de viagem complementar, quando solicitado pela CONTRATANTE, especialmente em viagens internacionais, quando aplicável;

I - A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) cotações de seguradoras distintas para aprovação da CONTRATANTE. Após autorização, deverá emitir a respectiva apólice ou voucher no prazo máximo de 2 (duas) horas.

II - Será devido à CONTRATADA exclusivamente o valor correspondente ao prêmio do seguro, vedada a cobrança de taxa adicional de intermediação.

#### Cancelamento e Reembolso

- n) O cancelamento deverá ser solicitado formalmente pela CONTRATANTE.
- o) A CONTRATADA deverá providenciar o cancelamento junto à empresa transportadora no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o recebimento da solicitação, quando possível, visando evitar cobrança de penalidades.



p) As alterações, remarcações, cancelamentos e reembolsos de passagens terrestres observarão integralmente as regras tarifárias e condições estabelecidas pela respectiva empresa transportadora.

q) A CONTRATADA deverá, previamente à efetivação de qualquer alteração ou cancelamento, informar formalmente à CONTRATANTE:

I – as condições aplicáveis ao bilhete;

II – a existência de eventuais multas;

III – diferenças tarifárias;

IV – prazos para solicitação de reembolso;

V – quaisquer encargos ou restrições impostas pela transportadora.

r) Somente após ciência e autorização expressa da CONTRATANTE a CONTRATADA poderá efetivar a alteração ou cancelamento solicitado.

s) Os valores relativos a multas, diferenças tarifárias ou taxas adicionais cobradas pela transportadora, quando fora das hipóteses de isenção, correrão por conta da CONTRATANTE, desde que devidamente comprovados.

t) Após a confirmação do cancelamento, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para requerer o reembolso junto à empresa transportadora, quando cabível, informando à CONTRATANTE os prazos e condições aplicáveis.

u) O reembolso deverá ser solicitado imediatamente após o cancelamento, e o respectivo crédito deverá ser devolvido, nos prazos e conforme regras da transportadora.

#### **6.6 Do preço e valores:**

a) O valor das passagens deverá corresponder às tarifas praticadas pelas empresas de transporte terrestre na data da emissão, inclusive promocionais, acrescido exclusivamente da taxa de agenciamento

**CONTRATADA.**

b) Serviços adicionais, tais como marcação de assento especial ou excesso de bagagem, somente serão custeados pela CONTRATANTE quando previamente autorizados.

c) Os valores das passagens deverão conter os mesmos percentuais de taxas aplicados na

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 77 de 96)  
proposta.

d) CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar, no ato da emissão de cada bilhete, documento comprobatório da tarifa praticada pela empresa transportadora no momento da aquisição, tais como print de tela do sistema de venda, fatura emitida pela transportadora ou outro documento idôneo que demonstre o valor original da passagem.

d.1) O documento deverá conter, no mínimo, identificação da transportadora, data e horário da consulta/emissão, origem, destino, valor da tarifa e eventuais encargos incidentes.

d.2) A ausência da comprovação implicará na negativa de autorização do pagamento da respectiva emissão até a devida regularização.

d.3) A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria ou verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado.

**6.7** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 05 (cinco) dias.

**6.7.1** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.7** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.7.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato .

**6.9** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo

com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

## 8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

## 9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada nota fiscal/fatura/boleto deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal/fatura/boleto, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 79 de 96)

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado (Banco do Brasil), conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **10.1 São obrigações do Contratado:**

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

**10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da

execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.1.18** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**10.1.19** ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

**10.1.20** disponibilizar, gratuitamente, acesso ao sistema eletrônico e/ou central de atendimento próprio da empresa, por intermédio da internet, que propicie a consulta e reserva de passagens pelos funcionários autorizados da CONTRATANTE;

**10.1.21** executar reserva automatizada, online e emissão de seu comprovante; emitir bilhetes automatizados, online; consultar e informar a melhor rota ou percurso, online; consultar a frequência de horários de ônibus, online; consultar e ofertar a Unicentro a menor tarifa disponível, online; imprimir as consultas formuladas, indicando as opções de horários de partidas por empresa; emitir bilhetes, online;

**10.1.22** alterar e remarcar bilhetes, além de realizar a reiteração destes;

**10.1.23** manter-se, durante toda a execução do Contrato ou da ordem de compra/serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação



e qualificações exigidas na licitação;

**10.1.24** fornecer as passagens terrestres na forma, quantidade e prazos previstos no Termo de Referência e no instrumento contratual, integrantes deste edital;

**10.1.25** efetuar pesquisa nas companhias rodoviárias, por meio de sistema informatizado próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;

**10.1.26** atender às solicitações de caráter emergencial, passíveis de atendimento por telefone, realizadas fora do horário comercial, entre 18h e 8h, em fins de semana, feriados nacionais e estaduais, ou para emissão, alteração e remarcação de passagens rodoviárias com prazo inferior a 3 (três) horas do horário de partida do ônibus, devendo providenciar o atendimento no prazo máximo de 30 (trinta) minutos da solicitação;

**10.1.27** disponibilizar o voucher de passagem por e-mail e/ou nos pontos de atendimento das empresas rodoviárias ou, na impossibilidade, em outro local indicado pela CONTRATANTE;

**10.1.28** providenciar, no prazo máximo de 3 (três) horas, as requisições de passagens terrestres emitidas;

**10.1.29** empenhar-se para obter lugares nos ônibus, bem como assegurar conexões, quando houver necessidade;

**10.1.30** realizar o endosso da passagem para outra companhia ou a substituição do bilhete, conforme necessidade da CONTRATANTE, por outro ônibus e horário para o mesmo destino;

**10.1.31** fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período correspondente;

**10.1.32** emitir passagens com ou sem despesas de bagagem, conforme demanda autorizada pela Unicentro;

**10.1.33** apresentar, obrigatoriamente, no ato da emissão de cada bilhete, documento comprobatório da tarifa praticada pela empresa transportadora no momento da aquisição, tais como print de tela do sistema de venda, fatura emitida pela transportadora ou outro documento idôneo que demonstre o valor original da passagem;

- a) conter, no mínimo, identificação da transportadora, data e horário da consulta/emissão, origem, destino, valor da tarifa e eventuais encargos incidentes;
- b) observar que a ausência da comprovação implicará a negativa de autorização do pagamento da respectiva emissão até a devida regularização;
- c) permitir que a Administração realize, a qualquer tempo, auditoria ou verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado;

**10.1.34** buscar sempre as contratações mais vantajosas para a Unicentro, inclusive por meio da identificação de promoções mais favoráveis;

**10.1.35** fornecer à Unicentro, sempre que houver alteração e/ou majoração de preços, toda a documentação necessária para comprovar que os valores cobrados pelas passagens correspondem aos praticados pelas companhias;

**10.1.36** possuir infraestrutura suficiente para operacionalizar integralmente o objeto deste Termo de Referência;

**10.1.37** responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do Contrato;

**10.1.38** cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais, distritais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que tiver dado causa;

**10.1.39** responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros envolvendo a CONTRATANTE, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretos decorrentes;

**10.1.40** responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive pelos danos causados por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros na execução dos serviços.

## **10.2 São obrigações do Contratante:**

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no Termo de Referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, no edital de licitação, em seus anexos e no Contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e da fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução contratual;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção do Contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando constatada irregularidade que configure dano à Administração, bem como remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente para apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo

contratado;

10.2.12 exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.2.13 notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando, para sua correção, prazo de 24 (vinte e quatro) horas até 30 (trinta) dias, conforme a complexidade da irregularidade, contados da formalização;

10.2.14 pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;

10.2.15 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal fornecido pela CONTRATADA;

10.2.16 comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais motivados por urgência, os quais deverão ser confirmados por escrito no prazo de 1 (um) dia útil;

10.2.17 fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações necessários à execução do serviço;

10.2.18 proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas;

10.2.19 controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela CONTRATADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e em quaisquer outros de interesse da Administração, por intermédio de pessoal próprio ou terceiros designados para este fim;

10.2.20 avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as disposições deste Termo de Referência;

**10.3** as PARTES CONTRATANTES declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), comprometendo-se a cumpri-las fielmente, por si, seus sócios, administradores e colaboradores, bem como a exigir seu

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 87 de 96)  
cumprimento pelos terceiros contratados.

## 11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. Por tratar-se de contratação para execução por preço unitário, com pagamento somente a cada serviço e emissão de passagem.

## 12 PENALIDADES:

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no

período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis,



independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os

direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais

ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022

Protocolo nº 25.382.097-7 – Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 94 de 96)  
e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(     ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(     ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(     ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(     ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

---

Representante Legal

